



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
1ª REUNIÃO INSTRUTIVA DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO
ESTADUAL DE CULTURA – 2024/2026

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO INSTRUTIVA DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO**
2 **ESTADUAL DE CULTURA, 2024.** Ao 29º (vigésimo nono) dia do mês de agosto
3 do ano de 2024, às 10h, reuniram-se, de forma virtual e presencial, na sala do
4 Administrativo Conselho Estadual de Cultura, Centro Cultural Palácio da Justiça,
5 cito a Av. Eduardo Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme
6 calendário elaborado e aprovado durante a 30ª Reunião Ordinária. Sob a
7 presidência do conselheiro representante de Audiovisual **PEDRO HENRIQUE**
8 **SECATTI CACHEADO** e como relatora, a colaboradora **JENNYFER BALBI E**
9 **SILVA (CONEC)**, como apoio a colaboradora **SYMONE FARIAS (CONEC)**, e
10 mediação do doutor **SÉRGIO CRUZ**. O encontro contou com a presença nos
11 termos da lista anexa de participantes virtuais, os quais participaram pelo
12 aplicativo supracitado. **O PRESIDENTE Presidente:** O intuito dessa reunião é a
13 gente alinhar um plano de trabalho com os conselheiros e os suplentes para que
14 a gente consiga, até dezembro, estar com um Plano Estadual de Cultura para
15 levar a plenário, para que a gente possa homologar. Ainda teremos o processo
16 legislativo a ser feito, que envolve Casa Civil, ALEAM, etc., para aprovar esse
17 plano. Aqui hoje, a Symone vai apresentar a metodologia, passando pelo que é
18 o plano, como funciona, como um plano é monitorado, enfim. O calendário inicial
19 proposto é que seriam reuniões às terças e quintas, aqui mesmo nessa sala que
20 vocês estão visualizando, que é a sala dos conselhos, do COPHAM e do
21 CONEC. A gente imaginou que poderia ter reuniões com três pessoas por vez,
22 e, por isso, a gente precisa entender a disponibilidade de cada um. Podem ser
23 membros titulares e membros suplentes, para que a gente dê seguimento.
24 Basicamente, o processo é textual. Existe um caderno de propostas que saiu da
25 Conferência Estadual de Cultura, que tem 394 propostas, se eu não me engano,
26 do estado, e tem um caderno nacional com 30. A gente vai explicar isso ao longo,
27 mas, resumindo, a gente não vai criar nada. Vamos pegar essas 394 propostas
28 e alinhar com o Plano Nacional de Cultura, porque isso trará o advento de a
29 gente conseguir verbas alinhadas com o plano nacional. Precisamos sair dali
30 com o que estamos chamando de "principal e acessórios": um parágrafo com
31 uma proposta principal e, abaixo, os acessórios, que seriam como artigos,
32 demonstrando também outras intenções naquele parágrafo abaixo da proposta
33 principal. Vou passar a palavra aqui para a Symone, que vai fazer a explicação,
34 e o doutor Sérgio chega na sequência. Inclusive, Sérgio vai nos assessorar
35 nessa questão jurídica. Ele não está aqui porque precisa representar o
36 presidente da OAB, mas já está a caminho, tá bom? **Symone Farias:** Oi, gente.
37 Bom dia. Eu me chamo Symone, faço parte da equipe de apoio do Conselho
38 Estadual de Cultura. Minha formação é administrativa e tenho alguns cursos



39 técnicos, tanto na área da cultura quanto na área administrativa e de
40 administração pública. Bom, está todo mundo conseguindo ver a apresentação?
41 Ok, vamos lá. Essa é a primeira reunião da Comissão Especial do Plano
42 Estadual de Cultura, conforme a Portaria nº 0124, de 03 de julho de 2024, e hoje,
43 29 de agosto, é o dia em que vamos iniciar os trabalhos para o Plano Estadual
44 de Cultura. Essa apresentação é mais de cunho explicativo, até para que aqueles
45 que estão chegando agora ao conselho consigam ter uma dimensão do que é o
46 Plano Estadual de Cultura. Colocamos aqui uma definição bem básica e prática:
47 o Plano Estadual de Cultura é um documento de planejamento que orienta a
48 execução da política cultural do estado. O plano estabelece estratégias, metas,
49 define prazos e recursos necessários à sua implementação, a partir das
50 diretrizes da conferência de cultura. Uma outra pergunta importante: para que
51 serve o Plano Estadual de Cultura? O plano estrutura a cultura, e não exclui a
52 possibilidade de mudanças durante o processo. Todos esses slides que estamos
53 apresentando para vocês serão disponibilizados nos grupos, por e-mail, e cada
54 questionamento será explicado na parte jurídica pelo doutor Sérgio Cruz. Ele
55 está chegando, então eu vou fazer essa parte técnica de apresentação das
56 definições, e toda a parte de questionamento mais profundo e que envolva teor
57 jurídico será explicada pelo doutor Sérgio, está bom? Como implementar o PEC?
58 Vamos começar a chamar de PEC? Plano Estadual de Cultura. Quem concorda?
59 A implementação do Plano Estadual de Cultura pode ser feita em regime de
60 cooperação entre o governo estadual e os municípios, e com a parceria com a
61 União, sempre considerando o Plano Nacional de Cultura. Qual o prazo de
62 duração do PEC? Dez anos. Como o Plano Estadual de Cultura será elaborado?
63 Ele será elaborado a partir das propostas aprovadas na Conferência Nacional de
64 Cultura, que o Pedro já deu uma introdução de como será esse procedimento,
65 com vistas às propostas aprovadas pelas conferências municipais e a estadual.
66 Aqui entra aquele nosso caderno de 394 propostas aprovadas pelas municipais,
67 mais as 15 que foram aprovadas na Estadual, ok? Quais são os eixos
68 norteadores? Os eixos são aqueles que nós trabalhamos durante a conferência:
69 Eixo 1: Institucionalização dos Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.
70 Eixo 2: Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social. Eixo 3:
71 Identidade, Patrimônio e Memória. Eixo 4: Diversidade Cultural,
72 Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade da Política Cultural. Eixo 5:
73 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade. Eixo 6: Direito às Artes
74 e Linguagens Digitais. Esses são os eixos que foram trabalhados durante a
75 conferência. Aqui, os eixos que a gente chama são os eixos norteadores. Essa
76 pergunta eu acho que é uma das mais importantes: quem é o responsável pela
77 execução do plano? O plano será executado pelo poder público, com a
78 supervisão do Conselho Estadual de Cultura. É aí que entra o plenário do
79 conselho, os conselheiros vão acompanhar o cronograma anual apresentado e
80 adequado com o orçamento anual, pelo período de duração do plano, ou seja,



81 dez anos. Como será monitorado esse plano estadual de cultura? O
82 monitoramento do Conselho Estadual de Cultura terá como base o cronograma
83 atual apresentado pela SEC. O planejamento desse cronograma será feito com
84 base na política cultural, definida com base no orçamento anual aprovado pela
85 ALEAM. E todos esses órgãos que mencionamos no decorrer dessa
86 apresentação, em determinado momento, teremos que dialogar com eles, seja
87 com a SEDUC, com a ALEAM, com a SEFAZ, porque o ano envolve o orçamento
88 público. Essas conversas serão necessárias. O doutor Sérgio vai apurar melhor
89 essas informações para vocês, está bom? Vamos lá. Qual a previsão de revisão
90 do plano? O plano será revisado a cada quatro anos por meio de proposta da
91 Secretaria de Cultura, apresentada ao Conselho Estadual, o qual aprovará a
92 organização proposta, podendo apresentar sugestões ao projeto. Ou seja, a
93 cada quatro anos a SEC pode solicitar mudança em algum dos projetos, e os
94 senhores terão liberdade para intervir e acrescentar algo que considerem
95 importante naquele momento. Esse slide aqui, que trata da metodologia, eu vou
96 passar para o doutor Sérgio dar continuidade, porque essas etapas precisam de
97 uma explicação mais aprofundada. E aí entra uma parte do "juridiquês", que ele
98 poderá fazer melhor do que eu, está bom, gente? Obrigada. **Dr. Sérgio Cruz:**
99 Obrigada, secretário-geral Pedro Cacheado. Obrigada, Simone, por ter feito já
100 essa apresentação e passado a minha na continuação da apresentação.
101 Realmente, essa primeira etapa, que é a que a gente está iniciando hoje, o que
102 ela vai fazer? Ela vai fazer a análise de todo o Plano Nacional de Cultura ou, se
103 existe já, o plano base, o projeto base, o texto base do Plano Nacional de Cultura.
104 Esse plano também vai virar uma lei em nível federal. E aqui a gente está
105 elaborando também o nosso, agora, com a reunião de vocês. Então, o que vai
106 ser feito? Como o secretário-geral já falou, a gente vai pegar o Nacional para
107 poder modelar o Plano Estadual. Por que é feito dessa forma? Porque é assim
108 que funciona o Sistema de Cultura. Qual é a ideia inicial dos proponentes lá
109 atrás, quando foi discutido com a sociedade civil e o poder público? Seria feito o
110 levantamento das necessidades dos municípios. Os municípios trariam essas
111 necessidades para o Estado e também colocariam as suas necessidades, e feito
112 um resumo disso, seria encaminhado para o Nacional, juntamente com todos os
113 outros estados. Ou seja, é o que foi feito com as conferências. Então, primeiro
114 foi feito com as conferências municipais. Os municípios apresentaram as
115 propostas deles, o que eles entendiam como importante para ser feito tanto no
116 município quanto no estado, quanto na união. Isso veio para a Conferência
117 Estadual, onde se passou por uma peneira e, além daquilo que foi aprovado por
118 todos os participantes dos municípios e da capital, tanto do poder público quanto
119 da sociedade civil, fizeram a peneira e, dessa peneira, mandaram-se 15
120 propostas para a Conferência Nacional. Lá se juntaram essas 15 propostas com
121 15 propostas de todos os outros 27 estados, mais as propostas da própria União.
122 Foi feita ali aquela conferência, discutida com todos os delegados, e chegou-se



123 a 30 propostas nacionais. Essas propostas nacionais são a base de tudo que vai
124 ser feito dentro da cultura, notadamente com os valores dos fundos. Não quer
125 dizer que está preso àquilo, está certo? O plano nacional, o plano estadual e o
126 plano municipal. O objetivo é dar o norte, é dizer o que é prioridade. Nada impede
127 que seja feito trabalho em outras áreas, ok? Então, com base nisso,
128 estabeleceram-se 30 propostas nacionais. Com base nessas 30 propostas
129 nacionais, a gente vai pegar aqui a nossa realidade, vamos verificar dentro do
130 nosso caderno de propostas, junto com as propostas que nós mandamos para a
131 Nacional, para elaborar, fazer também um resumo, ver das 394 propostas quais
132 as que estão alinhadas com as 30 propostas nacionais para a gente poder
133 elaborar a proposta do Plano Estadual de Cultura. E por que o PEC tem que ter
134 a base na Nacional? Porque, assim como veio de baixo para cima, agora é o
135 inverso: vêm de cima para baixo as diretrizes. Então, se, por exemplo, um desses
136 projetos, a gente precisar de verba nacional, a gente pode solicitar do MinC,
137 através do Fundo Nacional. Entretanto, quem vai analisar se vai poder ou não
138 dar essa verba é o Conselho Nacional de Políticas Culturais. Então, o que ele
139 vai analisar lá, junto com o MinC? O MinC é que vai fazer a estrutura e o
140 Conselho vai dar o seu “ok”. Qual é o critério? É ver se aquele pedido de verba
141 para efetuar um projeto está em consonância, está alinhado com o Plano
142 Nacional de Cultura. Então, se lá no Plano Nacional de Cultura estiver
143 informando que tem que ser feito – um exemplo, que não é o nosso caso, mas
144 eu vou utilizar – que nas escolas tem que se ensinar o tupi-guarani. Se lá na
145 Nacional tiver isso, a gente tem que colocar também na Estadual. E, nesse
146 sentido, a gente alinha com as nossas necessidades. Obrigatoriamente, a gente
147 pode criar normativas para isso. Digamos que lá na frente a gente queira verba
148 para instalar isso. Aí, quando chega lá na Nacional, eles vão analisar e vão falar:
149 “Ah, está aqui, esse pedido para colocar o estudo da língua tupi-guarani nas
150 escolas está aqui, está de acordo com a Nacional, que aqui está falando que é
151 ensinar a linguagem indígena, a cultura indígena entre os povos originários nas
152 escolas.” Então a gente pode dar. Agora, digamos que nós coloquemos no nosso
153 PEC o ensino da linguagem tupi-guarani, mas não tem no projeto nacional. E aí
154 a gente vai precisar da verba nacional. Simplesmente, a gente não vai conseguir.
155 Porque, apesar de estar no nosso plano estadual, não está no Nacional. Então,
156 isso não se torna prioridade para o ente federativo, para a União, fazer isso.
157 Podemos conseguir verba para isso de outras formas, mas não através do Plano
158 Nacional de Cultura. Então, nesse sentido, o que a gente vai fazer aqui? Vamos
159 reunir, ver esse texto base do plano nacional, alinhar com o que foi levantado
160 pela Conferência Estadual, ver o que está de acordo com o Plano Nacional. O
161 que não estiver, a gente vai deixando num caderno à parte, porque isso não é
162 descartado. Isso é como se fosse uma reserva que o Estado não tem a obrigação
163 de fazer. Entretanto, poderá fazer se acontecer uma possibilidade de viabilizar
164 algum desses projetos. Pode ser feito sem problema. Mas a prioridade, a



165 obrigação, é com o Plano Estadual de Cultura, tá certo? Então, feita essa
166 primeira etapa, nós vamos passar para a segunda etapa. Qual é? É consultar os
167 entes envolvidos na transversalidade das propostas. Então aqui a gente está
168 vendo como Cultura. Vou voltar à situação da questão da língua indígena. Então,
169 digamos que lá coloquemos isso e incluamos a questão da cultura dos povos
170 originários nas escolas. Então, nessa situação, o que será feito? Tem que se
171 convocar, convidar para dialogar aqui com o Conselho, com essa comissão,
172 aliás, a SEDUC, porque a SEDUC, na transversalidade, é ela que vai executar.
173 É um objetivo cultural, mas quem vai executar é a Secretaria de Educação.
174 Então, nesse caso, ela precisa dar quais são os direcionamentos que a gente vai
175 ter, precisa colocar no Plano Estadual para que ela possa tirar isso do papel.
176 Não adianta a gente colocar uma coisa lá sem conversar com eles e depois
177 chega lá com eles e eles falam: “Olha, isso aqui não tem como se executar em
178 10 anos. Porque, primeiro, vai ter que qualificar, criar uma qualificação da
179 Universidade Estadual do Amazonas para criar professores para dar esse curso
180 nas escolas, para ser específico, depois tem que mandar para o MEC pedir para
181 ele aprovar dentro do quadro...” Enfim, eles que vão falar quais são as
182 dificuldades e as facilidades de tirar do papel aquilo. Quando se encontra uma
183 dificuldade, a gente vai estudar como contornar aquilo, tá certo? Então essa é a
184 segunda etapa. Na terceira etapa, já tendo passado por esses entes
185 transversais, a gente passa agora para a consolidação do texto base, para que
186 possa ser elaborada a minuta do anteprojeto de lei. Feita essa minuta do
187 anteprojeto de lei, essa comissão encaminha ao CONEC. O CONEC encaminha
188 à SEC. A SEC encaminha à Casa Civil para que ela faça a estruturação para
189 criar um projeto de lei. E aí, dali ela vai consultar a PGE, vai consultar outras
190 estruturas que possam dar as bases legais para a criação dessa lei. Feito isso,
191 ela encaminha para a Assembleia, e a Assembleia recebe lá como projeto de lei.
192 Vai passar pelas comissões necessárias para verificar a legalidade e a
193 viabilidade daquela lei. E aí, depois, vai ser colocada no plenário para os
194 deputados aprovarem essa lei. Somente após a aprovação dessa lei, volta para
195 a Casa Civil para o governador sancionar. E aí teremos o nosso Plano Estadual
196 de Cultura. Vamos lá para a próxima, que eu já falei aqui: 3 – minuta do
197 anteprojeto; 4 – encaminhamento à Casa Civil; 5 – encaminhamento para a
198 ALEAM para aprovação. Agora vamos para o calendário proposto. Etapa 1 e 2,
199 que são aquelas das adequações dos projetos, das propostas à proposta
200 nacional para a gente fazer a nossa estadual e a transversalidade, discussão
201 transversal, até dezembro deste ano, conforme cronograma que foi proposto no
202 CONEC, está certo? A etapa 3, que é a de fazer a minuta do anteprojeto, é
203 encaminhada para a Secretaria de Cultura em janeiro. A etapa 4, que é o
204 encaminhamento da Casa Civil para a ALEAM, em fevereiro, que é quando
205 retornam as atividades da ALEAM. E a etapa 5 é a ALEAM começar a trabalhar
206 lá dentro para aprovação, que seria em março. Então, feitos esses



207 procedimentos, aí fica a cargo da ALEAM fazer a tramitação interna. Não temos
208 como dizer qual é a data que teremos uma lei do Plano Estadual de Cultura.
209 Como estou colocando na observação, todas essas etapas podem ser
210 adiantadas. Se a gente fizer um trabalho dedicado e urgente, podemos até
211 mesmo, em dezembro ou antes, enviar à ALEAM, fazer todas essas etapas até
212 a 5, chegando à ALEAM. Então, é possível colocar. E aí entra aquela situação:
213 é final de ano, a gente não vai saber como está a questão da ALEAM. O
214 Conselheiro Roberto, que está aqui, eventualmente pode até ver lá quanto tempo
215 mais ou menos leva um trâmite desse para depois trazer a informação para nós.
216 **Conselheiro Dudson Carvalho:** Apenas para contribuir, doutor. Eu acho que já
217 pode ser até verificado isso. Vem sendo encaminhado pelo governador em
218 regime de urgência, até pela necessidade, vários desses critérios são
219 quebrados. Nós temos aqui o representante da Assembleia que pode falar de
220 forma mais detalhada, mas isso já aconteceu antes, quando houve a
221 necessidade de se regularizar o conselho lá atrás, e isso foi feito num prazo
222 muito interessante. Então, acho que cabe, sim, uma análise de se há uma
223 vontade política para que seja realizado, tendo em vista a necessidade da
224 regulamentação urgente dessa matéria, para a gente poder avançar o mais
225 depressa possível. Acho que março já fica realmente uma coisa bem distante
226 para a realidade da cultura. **Conselheiro Roberto Sá Gomes:** Pode ser tentado
227 o encaminhamento para a Assembleia. Quanto mais rápido o Conselho definir
228 aqui e mandar para o governo, e o governo mandar para a Assembleia, nós
229 vamos ter aprovação. Porque a Assembleia aprova qualquer projeto de lei até
230 dezembro. Até dezembro, a gente tem reunião plenária. Então não custa nada,
231 tá? **Conselheiro Dudson Carvalho:** perfeito. é pela necessidade mesmo, pela
232 boa vontade que pode ter.: Urgência tem que ser aqui e no Estado para poder
233 encaminhar ao governador e à Assembleia. **Conselheiro Dudson Carvalho:**
234 Perfeito. A ideia seria essa. **Dr. Sérgio cruz:** Perfeito. E aqui vai uma sugestão
235 que a equipe de apoio, analisando, achou interessante: sugestão de formatação
236 dos grupos. Seriam feitos 15 subgrupos com 2 a 3 conselheiros, podendo ser
237 convidados técnicos da área. Ou seja, isso não restringe somente aos conselhos.
238 Digamos que tenha alguém que seja de uma entidade ou da sociedade civil que
239 tenha amplo conhecimento de um tema e possa contribuir, deixando bem claro
240 que nós estamos amarrados ao que foi discutido na Conferência Estadual. Nós
241 não podemos inovar e ir além do que foi colocado lá nas 394 propostas. Então
242 ali, com certeza, a gente vai aglutinar muita coisa de lá. E por que estamos
243 presos a elas? Porque, para entrar no Plano Estadual de Cultura, a
244 obrigatoriedade é de ter sido aprovado em uma conferência. Essa é a
245 determinação do Sistema de Cultura existente. Então, se não tiver sido aprovado
246 lá na Conferência Estadual, a gente não pode incluir nesse plano, e, por último,
247 duas propostas por grupo. Porque, já que são 15 subgrupos e nós temos aqui
248 30 propostas nacionais, ficariam duas propostas nacionais por grupo, por esses



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

249 subgrupos. Agora, a necessidade de criação desses 15 subgrupos depende
250 apenas dos participantes aqui da comissão. Porque os subgrupos não são uma
251 obrigação. E não está restrito a 2 ou 3 conselheiros. E não é vedado que alguém
252 que participe de um grupo participe de outro. Pode até participar dos 15
253 subgrupos, lembrando que cada subgrupo vai ter uma situação de trabalho que
254 pode ser exaustiva para uma pessoa que participe de todos os subgrupos. Então,
255 a elaboração do texto base da PEC, como já foi dito aqui, vai ser encaminhada:
256 as 30 propostas do texto base do Plano Nacional de Cultura, com as 15
257 propostas aprovadas e as 394 propostas apresentadas no 3º CNC, para cada
258 um dos participantes, para análise inicial, identificação das afinidades e
259 conhecimento com os temas. Aí já tem uma sugestão que, na próxima reunião,
260 os grupos já tenham sido criados por afinidade, na discussão interna entre vocês,
261 e nesse sistema já estejam mais ou menos formatados quais são os dois temas
262 que cada subgrupo pegaria, e já cada um apresentasse as suas considerações
263 iniciais. Seja falando da dificuldade, seja falando da necessidade de chamar
264 alguém que conheça o tema melhor do que a gente. A gente sempre conhece,
265 mas sempre tem alguém que conhece mais do que a gente. Então é interessante
266 chamar essas pessoas para contribuírem. Essa é a sugestão que nós temos.
267 **Symone Farias:** Queria só falar sobre a questão dos subgrupos. Esses
268 subgrupos, a gente precisa sair com eles daqui hoje, formados. Aí, com relação
269 à afinidade da proposta, vocês podem passar depois qual é a proposta com a
270 qual vocês têm mais afinidade. Mas os subgrupos a gente precisa montar hoje.
271 Saber quem são os conselheiros que vão trabalhar juntos ou separados, certo?
272 A intenção é que a gente forme pelo menos 15 subgrupos, porque são 30
273 propostas. Então, digamos que cada subgrupo trabalhe com 2 propostas. E a
274 gente está falando da proposta do MinC, que é onde vocês vão aglutinar as
275 nossas propostas do estado e do município, certo? É isso que o doutor Sérgio
276 está explicando sobre essa questão do subgrupo. Vocês verifiquem as
277 propostas. Olha, eu acho que a proposta lá do eixo 6, a número 2, talvez eu me
278 dê melhor, eu consiga desenvolver melhor. Então, tem que ser por essa forma.
279 Após isso, aí entra a outra fase, que é juntar tudo isso e verificar se não está
280 repetido e se está tudo certo. Mas essa é a proposta necessariamente. Não é
281 assim que vocês devam trabalhar. É uma sugestão. **Presidente:** Se puder voltar
282 com a tela aí dos conselheiros. Pessoal da técnica, não consegue tirar uma foto
283 com essa webcam? Depois, se puder, tira. Estão inscritos Lucimar e André. Vão
284 ser 2 minutos para cada, tá bom? Conselheira Lucimar, nos ouve? Muito bom
285 vê-la. **Conselheiro Lucimar Marques:** Bom dia a todos. Para mim é uma grande
286 honra estar participando dessa reunião, que é um ponto crucial para o nosso
287 conselho, de muita importância. Para chegarmos até aqui, foi um longo período.
288 Somente para contribuir, saudar a todos os conselheiros, tanto da sociedade civil
289 como do poder público, como os nossos queridos suplentes. Na nacional, nós
290 fizemos praticamente quase igual como está aí as sugestões. O conselheiro



291 Elson participou mais ativamente dessa parte, para chegar às 30 propostas na
292 nacional. Isso foi aprovado no regimento interno da nossa conferência nacional.
293 O MinC deu as sugestões, se não me engano, de 50 propostas, mas a plenária
294 decidiu por 30 e foi aprovado lá. Aí a pergunta que eu faço é: quantas propostas
295 nós, da estadual, vamos querer no nosso plano estadual? Pode ser as 30? Pode.
296 Ou menos. Porque é para ser realizado em 10 anos. Então essa é a minha
297 contribuição. Primeiro, eles reuniram lá, fizeram grupos assim como está, e
298 subgrupos, para peneirar, porque lá foram aprovadas muitas propostas. Como
299 nós temos 394, elas foram peneiradas, aquelas que estão iguais, sem mudar a
300 essência das propostas. É diminuir até chegar naquele número que foi aprovado
301 no nosso regimento interno da nossa terceira conferência. Se isso tem lá, mas
302 se não me engano tem, no regimento interno que foi aprovado pela nossa
303 plenária na conferência estadual. Então esse é o caminho. Mais ou menos do
304 que eu sei. Estou aqui para contribuir com esse plano. O que eu souber, eu falo.
305 O que eu não souber, eu me informo. Com certeza, gostaria de participar muito
306 desse momento tão importante para o nosso Conselho. Obrigada. **Presidente:**
307 Você, Lucimar, como conselheira nacional, tem muito para contribuir. Inclusive,
308 a gente vai precisar muito da sua articulação e da do Elson para que a gente tire
309 dúvidas com a nacional e consiga conciliar. E aí a gente está propondo essa
310 estrutura aqui que vocês estão vendo hoje para que a gente não fique
311 dependendo de outros espaços estarem disponíveis para fazermos essa
312 reunião. A gente vai ter aqui as reuniões, serão aqui e de forma híbrida, com
313 essa estrutura. Para quem quiser participar online e quem quiser participar
314 presencial. Confere, confirma. Inclusive, a Symoine falou que vai conseguir um
315 almoço, uns lanchinhos. **Conselheiro André Durand:** Bom dia, secretário. Só
316 para deixar registrado que não falaram meu nome. Eu estou desde cedo, na
317 abertura da sessão, enquanto aguardávamos. **Presidente:** Falamos, sim. Foi
318 duas vezes, meu amor, falamos sim. E eu falo pela terceira, agradecemos a
319 presença do ilustríssimo, próspero, baluarte da dança do Amazonas, André
320 Durand, que nos contribuiu. **Conselheiro André Durand:** Só para complementar.
321 Um abraço, Dudson, Vanderley, Jordania, nossa amiga que está aí no lugar do
322 Mestre Camaleão e o representante da ALEAM. Só para contribuir, secretário e
323 presidente. Eu perdi a conexão quando houve uma interrupção do sinal. A gente
324 precisa resolver essa questão da internet dentro da sede do conselho, porque
325 eu já peguei o mediador falando sobre a questão dos itens 1, 2, 3, 4 e 5. Eu não
326 consegui pegar a finalização da dona Symoine. E queria também deixar
327 registrado, senhor secretário, considerando a convocatória pelo memorando
328 025, que diz que na ausência dos titulares, os conselheiros suplentes seriam
329 convocados. E aí a gente sempre vem conversando sobre isso, secretário. A
330 gente precisa entrar num acordo. Porque acredito que quem não pôde ir, foi
331 convidado o seu suplente. E quem conseguiu ir está como titular, mas a gente
332 vê também aí a presença de outros suplentes. E no próprio memorando cita em



333 negrito. Eu gostaria de deixar registrada essa questão, mas é só mesmo um
334 comunicado para a gente não cometer mais informações distorcidas. No caso da
335 impossibilidade de participação, convocar o suplente. Ainda está em negrito. É
336 somente para deixar registrado. E aí eu queria saber do senhor se a gente já vai
337 poder contribuir. Tenho algumas perguntas aqui que eu gostaria de fazer, a
338 respeito da fala do mediador. Fiz os apontamentos, não sei se já posso abrir para
339 as perguntas. Mas eu gostaria de deixar registrado. Também me coloco à
340 disposição, junto com os outros companheiros, conselheiros estaduais e os
341 representantes da sociedade civil dentro do Conselho Nacional. **Conselheiro**
342 **André Durand:** Para concluir, só para que fique registrado também que na
343 leitura apresentada, a gente não vê a citação da sociedade civil, como preconiza
344 dentro das ações do próprio Ministério da Cultura. Obrigado. **Presidente:** Por
345 partes. André, como a gente teve uma baixa confirmação de pessoas, a gente
346 vê que assim, entre titulares e suplentes, não deveriam ser 44 pessoas, mais o
347 presidente e o vice, formariam 46. Eu solicitei que abrisse para os suplentes,
348 tendo em vista que esse será um processo de várias mãos. E para que ele não
349 tenha interrupção, a gente precisa que todo mundo participe. E aí se divide de 3
350 em 3 para também não ficar cansativo. Todo mundo participa de 2 reuniões. Não
351 é semanal? Enfim, todo mundo tem outros deveres e obrigações. E aí foi por isso
352 que pedi para convocar os suplentes na manhã de hoje. A participação da
353 sociedade civil já foi feita na conferência estadual e nas municipais. Agora é
354 pegar o que foi decidido lá e sugerido e trazer isso para a luz do plano.
355 Lembrando que existe uma pequena confusão, porque nas conferências
356 municipais, fizeram sugestões ao plano estadual de cultura e alguns até fizeram
357 ao plano nacional. Na conferência estadual, nós fizemos sugestões ao plano
358 federal, nacional. Então, as propostas que foram decididas na conferência
359 estadual, foram levadas. E, graças a Deus, conseguimos inserir todas as
360 propostas do governo do estado do Amazonas no plano nacional. Então, tenho
361 para mim que não será difícil a gente fazer esse trabalho alinhado com o que
362 está com as propostas nacionais. Teve alguma questão não respondida.
363 **Conselheiro André Durand:** Eu queria só que o senhor me permitisse fazer um
364 contraponto à questão da citação Rubin, 2007. Sobretudo porque a sociedade
365 civil é considerada a 5ª entidade do pacto do Sistema Nacional de Cultura. O que
366 eu quis dizer, para quem elaborou a liderança, é que no escopo dessa
367 apresentação, falta a sinalização da sociedade civil na literatura apresentada.
368 Mesmo que ela já tenha corroborado com as suas ações dentro das conferências
369 municipais, que foram importantíssimas, e na presença dentro da conferência
370 estadual, e sua atuação a nível nacional. Gostaria que a gente tivesse um
371 discurso voltado, sim, à presença da participação da sociedade civil. Porque
372 senão estamos sendo contrapostos ao que o Sistema Nacional de Cultura diz a
373 respeito da participação social. Temos aí um amparo da conselheira Lucimar,
374 que poderia colaborar. E para os conselheiros que não foram convocados, como



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

375 a senhora Marli, inclusive eu trabalho pela empresa aqui no município, ela está
376 conseguindo participar. Mas é somente para fazermos essa equiparação,
377 secretário, para não errarmos, porque temos esse prazo até 2025. E no decorrer
378 de 2026 já tem uma pré-eleição dos futuros candidatos ao governo, deputado
379 estadual, federal e também a escolha do novo presidente em 2026. Então a
380 gente só não pode pecar. É somente isso que tenho a contribuir. **Presidente**,
381 muito obrigado, André. Vou passar para o doutor Sérgio e para o Beto, na
382 sequência, que o Beto está escrito aqui. Deixa uma caneta aqui para eu ir
383 anotando. Pronto. Mas assim, te explicando por alto, e o Sérgio me corrige se eu
384 tiver errado. O plano estadual tem a ver com o sistema, mas o que você está
385 falando aí é a aplicação do Sistema Nacional de Cultura, que a gente também
386 vai entrar nisso. A gente tem que estar visualizando isso na borda. Mas agora
387 estamos construindo o nosso “P” do CPF, que é o plano. Então vamos nesse
388 caminho. A gente vai ter que fazer tudo alinhado ao Sistema Nacional de Cultura.
389 E o regimento nacional vai pedir esse alinhamento do sistema estadual de cultura
390 ao nacional. Mas agora o trabalho tem a ver com a referência. E o nosso plano,
391 as propostas que vieram dos municípios e da conferência estadual, estão
392 evidenciando a sociedade civil em todos os seus pontos. Correto, Sérgio? Então
393 passo a palavra para o Sérgio, depois para o Beto. **Dr. Sérgio Cruz:** Conselheiro
394 André, o formato aqui é igual ao formato nacional. Então, se lá no formato
395 nacional tiver abertura para discussão dessas 30 propostas com mais alguma
396 entidade para fazer a lei do plano nacional, a gente pode seguir as normativas
397 de lá sem problema algum. Aqui, na estrutura que colocamos, há consulta a
398 eventuais participantes da sociedade civil. Está na situação de convidar pessoas
399 com conhecimento técnico na área para poder auxiliar, está certo? Como falei,
400 o momento da sociedade civil entrar com suas propostas, discutir, batalhar para
401 que elas emplacassem, foi na conferência estadual. Então ali, na conferência
402 estadual, toda participação foi dada à sociedade civil. O que ocorre agora? Agora
403 já é a transformação de tudo o que foi discutido lá em lei. Não é mais discutir o
404 que vai ser feito ou não, é apenas pegar o que foi aprovado lá pela sociedade
405 civil e pelo poder público na conferência, alinhar com as normativas do texto-
406 base da nacional e criar o formato para ser encaminhado para a lei estadual do
407 Plano Estadual de Cultura. Está certo? Espero ter tirado essa dúvida em relação
408 à participação da sociedade civil. **Conselheiro André Durand:** É porque, doutor
409 Sérgio, eu estou comparando o que a gente está fazendo agora com o que a
410 Bahia vem fazendo na construção do plano estadual de cultura da Bahia. E é
411 sempre bom a gente ter alguém em quem possamos nos espelhar. E aí, na sua
412 fala, que não me convence, mas eu respeito porque é uma fala técnica, queria
413 só que o senhor me tirasse uma dúvida. Quando o senhor fala sobre a questão
414 da “reserva”, que não tem obrigação de ser feita, já que está dentro das
415 propostas aprovadas nas conferências municipais, trazidas para a estadual e
416 elencadas e modificadas para a nacional. **Dr. Sérgio Cruz:** Em relação ao que



417 falei sobre “reserva”, entre aspas, na verdade, o caderno de propostas, como
418 acontece todas as vezes, não dá para colocar tudo num plano estadual. Se você
419 fizer um plano estadual com as 394 propostas, poucas sairão do papel. Então, o
420 que acontece é resumir aquilo que é mais importante para a cultura do nosso
421 estado, para ser retirado do papel. O extra fica como caderno de propostas para
422 consulta para eventuais proposições em situações específicas. Por exemplo,
423 surgiu a possibilidade de ter verba para fazer tal coisa que está lá no caderno de
424 propostas. Não tem problema, isso pode ser levado e discutido com o poder
425 público para viabilizar. O que acontece, como falei, é o compromisso que se tem
426 com o que está colocado no plano estadual de cultura. Agora, se o senhor tiver
427 alguma outra proposta e que seja deliberada pelo CONEC ou por esta comissão
428 para ser feita, como o senhor falou, eu falei de uma parte técnica das normas
429 que determinam o formato. Mas nada impede que se crie algo diferente disso,
430 como foi feito, como o senhor está falando que foi feito na Bahia. Só acho que
431 quanto mais situações forem criadas, mais tempo se levará para sair do papel o
432 anteprojeto de lei. Está certo? Agora, se o senhor quiser fazer, inclusive com
433 oitivas na sua cidade, abrir novas consultas e os conselheiros aprovarem, por
434 mim não tem problema nenhum. O nosso espelho aqui, volto a falar, está sendo
435 feito com a nacional. E nesse sentido, desconheço abertura depois do texto-
436 base, caso seja elaborado, para novas discussões com a sociedade civil. Mas,
437 enfim, não é imposição, são apenas as determinações legais, ok? **Conselheiro**
438 **André Durand:** Eu não estou propondo. Eu só estou sentindo a falta na literatura
439 da questão da nomenclatura da sociedade civil. E eu gostaria de propor com os
440 nossos amigos que se... *(fala interrompida)*. **Conselheira Lydia Lúcia:** Bom dia.
441 O Beto falou exatamente o que eu estava aqui me torturando. Se eu estou aqui
442 em uma cadeira que representa a sociedade civil nos afrodescendentes, eles
443 estão representados por mim. Eu não entendo de outra forma. No momento em
444 que você cita o Conselho Estadual de Cultura e os seus conselheiros,
445 representantes da sociedade civil, ela está representada. Então, talvez a
446 nomenclatura possa ser "os conselhos representantes da sociedade civil em
447 suas cadeiras x", talvez seja só um complemento, mas a ausência não existe.
448 **Conselheira Ana Lígia:** Então, o que eu queria falar um pouquinho é em relação
449 ao que o André falou, de a gente criar um modelo como a Bahia criou uma
450 possibilidade. A gente está aqui falando que vai seguir o formato federal, não é?
451 Mas o Amazonas, como Estado, é guiado por seca, rio seco, rio não seco, por
452 fator amazônico e por várias questões que implicam nas gestões dos projetos
453 em município e em capital serem capitaneadas por uma questão climática e
454 também socioeconômica e geográfica. A gente tem que pensar um formato para
455 a gente sim, eu acho sim, concordando com o André nessa parte. Em relação à
456 sociedade civil, eu acho sim que, como representantes, a gente assinou um
457 termo ali como suplentes e como conselheiros, estamos representando a
458 sociedade civil. Então, eu acho que já estamos aqui representando, então não



459 precisamos de um representante. Já estamos fazendo esse papel. Porque senão
460 as coisas também não andam, quando a gente fica fazendo a demanda de
461 sempre fazer essa consulta e as coisas não saem do abstrato para o concreto.
462 Essa é a primeira questão. Então, acho sim que a gente pode utilizar o formato
463 federal, mas fazendo uma adequação aqui para o fator amazônico. E como
464 vamos fazer essa gestão corretamente, sendo Amazonas, tá? Então acho que a
465 Bahia fez certo e eu acho que a gente poderia ir por esse caminho. Primeira
466 coisa. Segunda coisa que eu queria mais era entender mesmo como vai ficar
467 esses subgrupos, em relação à presença de suplentes ou conselheiros e tudo
468 mais, porque assim são muitas propostas, são milhares de propostas, teremos
469 que reunir as melhores para conseguir fazer essa planilha de condicionamento
470 ali do que funciona e do que não funciona. Lendo as propostas presencialmente,
471 tanto a municipal quanto a estadual, o que eu percebo por experiência própria
472 em campo é que vejo que muita gente, quando está na plenária ali, na discussão
473 — que tem que estar, obviamente, porque é direito dela —, mas ela não entende
474 na prática como funciona. Então, às vezes, ela vai propor uma coisa que,
475 pensando em gestão, é impossível de fazer. Então eu acho que a gente tem que
476 pensar exatamente, para sair do abstrato e chegar no concreto, isso é possível?
477 Como o Cacheado falou, isso realmente é possível de ser feito? Porque não
478 adianta eu fazer esses planos, mesmo tendo orçamento ou não tendo, acho que
479 já nem é essa a questão. A questão é: isso realmente é viável? Essa proposta
480 vai conseguir ser executada? Eu acho que a gente tem que ser mais sóbrio
481 nessa parte, de pensar: “isso aqui vai dar certo, com certeza”, para a gente não
482 ficar elencando coisas utópicas também, sabe? Tipo: “ah, essa proposta é
483 maravilhosa”, mas funciona na prática realmente ou é só mais uma proposta?
484 Porque quando a gente bota para a gestão aplicar isso na prática, eu vejo que
485 ou não tem orçamento ou não tem nenhuma logística mesmo de como isso vai
486 funcionar. Então eu acho que a escolha das propostas precisa ser sóbria
487 também. Assim, a gente organizar isso e falar: “mano, isso aqui a gente vai
488 conseguir planejar e executar em 10 anos. Isso aqui é legal, mas falta muito para
489 chegar.” Então, sabe? Essa é a minha contribuição. A gente tem que fazer os
490 subgrupos, posso estar nele, já me convocou aqui, se quiserem ideias. Mas eu
491 acho que o mais importante é só para a gente não ficar nessa, como outras
492 gestões anteriores ou como rola em várias instâncias políticas, de ficar só na
493 reunião. Para a gente realmente conseguir botar as coisas que as pessoas
494 falaram em plenário em prática. Como eu boto isso em prática? Sendo racional
495 em relação às escolhas das propostas. Acho que é a primeira coisa, tá? É isso.
496 **Presidente:** Obrigado, Ana Lígia, pela contribuição. O fator amazônico está
497 intrínseco nas 30 propostas nacionais. O que a gente vai fazer é um alinhamento.
498 Foi uma batalha dos delegados — inclusive estou aqui com a camisa da
499 Conferência Nacional dos Delegados — para colocar o fator amazônico nos
500 regimes de cheia, logística, custos etc. no plano nacional. E isso nunca vai sair



501 desse texto. Lembrando que a gente tem 394 propostas que vieram das
502 conferências municipais do Estado do Amazonas. E o que a gente vai ter que
503 fazer é: a gente não vai criar nada, a gente vai condensar essas propostas e
504 colocar num português inteligível para que todo mundo consiga pegar esse
505 caderno no futuro e ler e fiscalizar. Não só o conselho, mas a sociedade como
506 um todo, as classes, setores, os sindicatos etc. Eu vou passar para o doutor
507 Sérgio reexplicar a metodologia que a gente vai usar. E aí, na sequência, tem o
508 Lucimar e o Bjarne. Eu vou me ausentar para ir ao banheiro rapidinho. **Dr. Sérgio**
509 **Cruz:** Vamos lá, Conselheira Ana Lígia. É o seguinte: os grupos, como é que
510 eles podem ser formados? Eu fiz aqui as 30 propostas, os eixos. Tem mais
511 propostas do que outros, mas eu fiz. O que deve ser encaminhado para você, se
512 já não foi encaminhado para todos vocês, é a lista deles todos, e eu destaquei
513 somente a abertura de cada um deles, para que a gente tente fazer uma leitura
514 rápida, para vocês entenderem as questões, está certo? A partir disso, cria-se
515 as pessoas que têm mais afinidade com aqueles termos que são colocados e
516 começa a ser a leitura de cada uma das 394 propostas. Mas, quando você
517 começar a ler — porque elas também estão separadas por temas —, mas
518 quando você começa a ler e ver alguma coisa que não está combinando com o
519 nacional, aquilo lá já vai ser descartado. Ela vai ficar no que o conselheiro André
520 falou: fica no caderno reserva. Está certo? Então essa é a ideia que se tem. Não
521 está proibida ou negada a possibilidade de se criar outros formatos. A discussão
522 aqui é aberta. Agora, como que a gente faz? Sempre fazemos uma proposição
523 e vocês discutem aqui qual a melhor forma, se é a que está sendo proposta ou
524 se alguém tem uma ideia melhor do que aquela, para que seja feito de uma forma
525 célere esse trabalho. Está certo? O secretário já abriu a voz para Lucimar.
526 Lucimar, depois Bjarne. **Conselheira Lucimar Marques:** Novamente estou aqui.
527 Bem, porque a minha pergunta não foi respondida, doutor Sérgio: de quantas
528 propostas o nosso plano estadual vai priorizar? Qual a quantidade para
529 podermos ter um norte? Nós vamos condensar essas 394 propostas e fazer um
530 caderno? **Dr. Sérgio Cruz:** Isso. **Conselheira Lucimar Marques:** Fazer um
531 caderno para a terceira conferência estadual, juntamente com o que aconteceu
532 na terceira conferência, como saiu da Nacional, são 30 propostas priorizadas, as
533 moções, o que aconteceu, o que contribuiu, quem compareceu. Esse caderno,
534 que depois de nós condensarmos essas 394 propostas, nós vamos apresentar
535 à sociedade amazonense. Depois desse caderno, volta para trabalhar para
536 encaminhar para a Casa Civil, não sei mais onde, é assim que funciona,
537 entendeu? **Dr. Sérgio Cruz:** Não. Então o caderno... **Conselheira Lucimar**
538 **Marques:** Eu só quero saber quantas propostas das 394 foram aprovadas na
539 terceira conferência. Tem lá no regimento interno quantas propostas o plano
540 estadual vai priorizar. Por exemplo, a Nacional... **Dr. Sérgio Cruz:** 15.
541 **Conselheira Lucimar Marques:** Plenária decidiu 30 propostas na Nacional. E
542 agora, quantas, na conferência estadual, vamos priorizar? Essa é minha



543 pergunta. **Dr. Sérgio Cruz:** Sim, são 15, que são as que a gente encaminhou
544 para a Nacional. Está certo? Então são 15 propostas, e a partir daquilo lá, a
545 gente está alinhando com as nacionais, das 30 propostas. Porque não existe a
546 aprovação de propostas específicas para o estado. Acabaram os eixos lá,
547 priorizando as nacionais. Então, por isso que a gente está fazendo esse trabalho
548 com o caderno de 394, porque as 394 foram as que foram aprovadas para ir para
549 a conferência estadual, está certo? Então, com base nisso, a ideia que nós
550 colocamos aqui é aliarmos com as 30 nacionais também. Porque nós temos 15
551 propostas estaduais que estão contemplando notadamente só nacional, então
552 é... **Conselheira Lucimar Marques:** Sim, só mais uma dúvida. Sim, já entendi.
553 Foram 15 para a Nacional, tá, beleza? E agora, quantas nós vamos priorizar no
554 plano estadual para serem feitas aqui no nosso estado, pelo nosso governo
555 estadual? É isso que eu quero entender. **Dr. Sérgio Cruz:** A proposta que
556 coloquei é seguir a mesma da Nacional, pegar as 30 propostas, ou seja, pegar
557 essas 30 propostas nacionais e adaptá-las para as propostas estaduais, para
558 que a gente possa juntar, nessas propostas estaduais, as 394, vendo quais são
559 as que se aproveitam dentro delas, para aglutinar todas em cada uma dessas
560 propostas. E as que não se adequem com essas 30, que nós vamos decidir
561 aqui, que a comissão vai decidir aqui, elas vão ficar nesse caderno reserva, como
562 vocês estão chamando. **Conselheira Lucimar Marques:** Está bom, mas mais
563 uma dúvida: onde que está esse documento que nós temos que priorizar 30
564 propostas? Porque, na Nacional, nós nos baseamos nas 30 propostas
565 aprovadas no regimento interno. **Dr. Sérgio Cruz:** Sim. No regimento interno,
566 aqui, a gente vai verificar se tem a quantidade específica. Porque lá o que tem
567 de quantidade, especifica 15. Só que, como eu falei, as 15 que estão lá, elas
568 se... **Conselheira Lucimar Marques:** Não, estou falando do plano nacional, pois
569 no plano nacional, nós, do CNPC, nos baseamos no número de propostas
570 aprovadas de 30, porque foi onde a plenária decidiu que queria 30 propostas no
571 plano nacional dos 27 estados. Aí a pergunta que eu faço: se isso tem no nosso
572 regimento interno da terceira conferência, qual foi o número? Porque,
573 simplesmente, o senhor pegou e achou que é 30 no estadual, se baseando na
574 Nacional, mas tem que ver se isso não está aprovado no regimento interno, está
575 bom? **Dr. Sérgio Cruz:** Sim, no regimento interno, como eu falei, são 15 que
576 estão aprovadas, mas as 15 que estão lá estão aprovadas para serem para a
577 Nacional, entendeu? O regimento interno é do conselho estadual de cultura. A
578 senhora, inclusive, tem acesso também a esse regimento interno, e todos os
579 conselheiros e conselheiras têm, porque vocês que aprovaram esse regimento
580 interno, e foi lá apenas para ser ratificado e foi ajustado, inclusive, dentro da
581 plenária, a pedido de vocês mesmos. **Conselheira Lucimar Marques:** Sim, foi
582 ajustado. **Dr. Sérgio Cruz:** Então, o que acontece lá, até onde eu me lembro,
583 está aprovado 15 para a Nacional, entendeu? Então não tem especificado
584 quantos são estaduais. Então ou a gente faz... **Conselheira Lucimar Marques:**



585 Ah, entendi. Então nós temos que decidir isso em plenária. Quantas propostas o
586 nosso Plano Estadual vai priorizar? Porque até o que eu estou entendendo, até
587 o momento não tem. **Dr. Sérgio Cruz:** Isso. Então, com base no Plano Nacional,
588 é que eu coloquei aqui a proposta para 30. Por quê? Porque a gente alinha com
589 essas 30 que estão lá, que a gente vai poder ter acesso à mesma verba federal.
590 **Conselheira Lucimar Marques:** Porque essas 30 propostas têm que ser feitas
591 aqui com verba estadual. Elas têm que ser feitas aqui no nosso estado, porque
592 as nossas 15 já foram para lá. **Dr. Sérgio Cruz:** Sim. **Conselheira Lucimar**
593 **Marques:** Então, nós temos que ter uma base aprovada em plenária de quantas
594 propostas estaduais o nosso plano vai priorizar. Porque simplesmente o senhor
595 pegou as 30 da nacional e acha que na estadual tem que ser 30. Não. Nós
596 podemos colocar as 30, sim, ou o plenário decidir que pode ser menos. Porque
597 é para ser feita em 10 anos. Se na nacional, que é nacional, que tem dinheiro,
598 priorizou 30, nós, que temos menos recursos que eles, podemos priorizar 20 ou
599 15. Não sei. É uma opinião, uma sugestão. Mas tudo bem. **Dr. Sérgio Cruz:** Sim,
600 sim. Mas então, só para ratificar novamente, o pedido de alinhamento com as 30
601 nacionais é porque tem verba nacional. **Conselheira Lucimar Marques:** Bora
602 seguir o trabalho? **Dr. Sérgio Cruz:** Vai ter verba nacional para executar
603 algumas coisas, com certeza. Mas, para executar com verba nacional, tem que
604 estar alinhado com o Plano Nacional de Cultura. Está certo. E foi aquilo que eu
605 falei: pra gente pegar as 30, alinhar os 394 com as 30, ver quais que estão
606 enquadradas nessas 30. E aí a gente teria condições de dizer: olha, isso aqui
607 não tem verba no orçamento para executar. O que a gente faria? Faria a
608 solicitação lá de auxílio com verba federal e eles seriam aprovados dentro das
609 normas do Plano Nacional. Está certo? Mas nada impede que a senhora faça
610 essa proposição para a plenária. Só para terminar, rapidinho. Eu me lembro que
611 o presidente Marcos Apolo, lá atrás, na época do Regimento Interno, ele colocou
612 a proposta de que fossem feitas 15 para serem executadas em 10 anos. Está
613 certo? No Regimento Interno, as 15 que foram colocadas lá estão como
614 direcionamento para o Nacional. Não ficou — pelo menos não me vem à cabeça
615 agora — que tenha determinado que o estadual também teria 15. Então a
616 senhora pode fazer uma proposição na próxima reunião ou, eventualmente, a
617 gente faz até uma reunião extraordinária para que seja definido isso.
618 **Conselheira Lucimar Marques:** Doutor Sérgio, eu acho que nós temos que nos
619 amparar em um documento. Simplesmente achar que eu vou seguir o número
620 de propostas nacionais, não. Eu acho que o conselho decidiu, alguém decidiu, o
621 Regimento Interno decidiu que são tantas propostas no Plano Estadual.
622 Simplesmente eu não posso achar. O senhor, doutor Sérgio, como advogado,
623 sabe disso. Temos que ter um documento para nos amparar quanto ao número
624 dessas propostas que vai para o plano. Era somente isso. **Dr. Sérgio Cruz:**
625 Perfeito. Eu já estou pedindo aqui para dar uma lida no Regimento Interno e eu
626 dou resposta para a senhora daqui a pouco sobre como está essa situação.



627 **Presidente:** Novamente, gente, essa é uma etapa que vai chegar lá no final.
628 Quantas a gente vai querer priorizar. A gente pode sinalizar no plano sobre o
629 que é imediato, o que é médio prazo, o que é a longo prazo. A gente só vai
630 conseguir fazer isso depois que compilarmos e começarmos o trabalho, está
631 bom? Mas, sim, vamos verificar quantas são. Eu acho que 15 propostas
632 prioritárias para 10 anos é razoável. E se a gente chegar a 30, vão ter outras
633 propostas ali que vão ficar subseqüentes, que estarão no mesmo caderno. Agora
634 o Bjarne, por gentileza. **Conselheiro Bjarne Furtado:** A primeira é que talvez o
635 doutor Sérgio não tenha inicialmente dito, mas ele propôs uma forma, uma
636 metodologia que serve como parâmetro. Não significa que as propostas eram
637 em número de 30, viu, conselheira Lucimar? Mas um parâmetro pra gente seguir
638 e, no final, como o conselheiro Pedro falou, é que nós vamos ter pacificamente
639 quantas propostas. A outra situação é sobre a questão do subgrupo, aliás, a
640 segunda questão já está diretamente ligada com a terceira. Eu já havia
641 conversado com o presidente Pedro sobre a minha ausência. Já até passei do
642 horário, pois eu tenho hoje exames e médicos, eu ainda estou de licença médica.
643 E dizer para vocês sobre a questão dos subgrupos, que onde vocês me
644 inserirem, eu estarei sempre satisfeito. Vou concordar com tudo o que vocês
645 decidirem aí nessa plenária. Era isso. E eu quero desejar para vocês um ótimo
646 dia e um beijo no coração de vocês. **Presidente:** Desejo saúde plena e que dê
647 tudo certo aí nos seus exames, conselheiro. Esperamos seu retorno firme e forte.
648 Marly, dois minutos. **Conselheira Marly Nogueira:** Boa tarde, conselheiro. Boa
649 tarde a todos que estão na reunião. Eu acho que a questão dos subgrupos tem
650 que ser feita através dos eixos, porque cada um de nós foi direcionado para um
651 eixo naquela época. Então, seria mais fácil formar os subgrupos a partir dos
652 eixos, para ver essa situação. E outra coisa, tem que ter um direcionamento
653 mesmo. Se são 30 propostas, divide com esses grupos de acordo com os eixos,
654 para que não se pare. Porque, como todos falaram, quanto mais rápido a gente
655 fizer, mais rápido isso vai sair. Então não tem mais o que se discutir para trás. O
656 que já foi acertado, das 30, já olha no Regimento Interno. Se de repente for 30,
657 então a gente já se divide entre os eixos, vê quantas a gente vai tirar, quais serão
658 os dias das reuniões, quem é que tem que estar nas reuniões. Porque, se a
659 gente ficar discutindo, nós vamos passar a tarde toda e não vamos sair daqui. E
660 o que a gente quer logo é um direcionamento a respeito dos subgrupos. Fulano
661 que era do eixo tal vai esse, esse e esse para lá, que estavam lá. Então já vai se
662 dividindo para que seja mais rápido. Essa é minha contribuição. **Presidente:**
663 Perfeita. Mas é essa a metodologia, exatamente essa. A gente vai entrar, peço
664 a compreensão de todos para a gente entrar já nisso agora. Lembrando à
665 conselheira Marly que nem todos nós estivemos na Conferência Nacional e na
666 Estadual, mas seria legal, mesmo por afinidade de eixo, quem foi delegado,
667 como eu, como Vanderley, Jordania, André, que a gente se subdivide como lá,
668 permaneça nesses eixos. E aí pedir à administração que nos envie um e-mail.



669 Qual é o dever de casa agora? A gente primeiro define os subgrupos, vamos
670 entrar nisso agora. O dever de casa é ler todos esses materiais: as 30 propostas
671 nacionais, essa apresentação que foi feita aqui, o Regimento Interno da
672 comissão da Conferência Estadual. E quem tiver — como foi citado aí — o da
673 Bahia, que eu acho um bom exemplo e tal, e quem tiver outras sugestões de
674 estados, materiais que a gente possa ir lendo e contribuindo, é bom trazer. O
675 caderno com quase 394 propostas também. Mandar um e-mail único, para que
676 sempre que a gente precise recorrer a esse material, possamos ir lá buscar
677 nesse mesmo e-mail. E aí, vai ser dividido por eixos. E cada eixo, pelo que estou
678 vendo aqui, tem 5 propostas, né? Tem um eixo que tem a mais? Então, mas
679 acho que vai demorar muito. A gente já está perto de meio-dia. Vamos lá, então.
680 Como que a gente faz essas inscrições, Symone? Como que tu sugere? Eixo 1?
681 Então, vamos aos eixos, gente. **Conselheiro Dudson Carvalho:** Eu gostaria de
682 propor o seguinte. Tem que verificar quantos da sociedade civil estão hoje
683 presentes, verificar os suplentes. Porque, se a gente fizer essa divisão agora,
684 tenho certeza que tem segmentos que não vão ser contemplados, tá? Eu não
685 estou vendo o representante, por exemplo, do folclore, carnaval e outros
686 representantes ali. Cadeira indígena também, que é superimportante. Eu
687 gostaria de propor que a gente chamasse essa reunião novamente para isso,
688 amanhã, em outro horário. Mesmo que de forma online, não tem problema.
689 Verificar essa divisão de como é que vai se definir isso agora. Vai deixar em
690 aberto para o restante? Porque está todo mundo convidado para essa pauta,
691 tanto os titulares quanto os suplentes. Entenderam? Eu não sei se a gente
692 consegue fazer isso de pronto. **Symone Farias:** Bom dia, gente. Amanhã a
693 gente teria que se reunir pela manhã, porque à tarde, a partir das 14h, é a escuta,
694 que está na finalização e em todas as redes da SEC. A partir das 14h, essa
695 equipe estará lá. Nós não estaremos aqui à tarde. Podemos atendê-los pela
696 manhã. A gente monta uma enquete no grupo do plenário, que a dona Jordania
697 não está, e ela vai voltar para lá. E aí, a gente monta essa enquete, cada um
698 verifica o seu eixo que melhor se encaixa. Vocês já têm o material dos eixos, que
699 é o norteador, que é o da plenária nacional. Vocês verifiquem e lá vocês só
700 cliquem no eixo que vocês se sentem mais confortáveis. A gente pode fazer isso
701 também no grupo dos suplentes, tá bom? E aí depois a gente faz um apanhado
702 e divulga quem são as pessoas que estarão em cada eixo. Doutor Sérgio está
703 sinalizando que quem queira pode participar em mais de um eixo. O que vocês
704 acham? Peço que se manifestem. **Presidente:** Só lembrando, antes de vocês
705 responderem, a metodologia que propomos. As reuniões serão às terças e
706 quintas, às 10h da manhã, tá? Vai ser de forma híbrida. E aí, o que se propôs
707 aqui localmente é que a gente passe uma enquete no WhatsApp, nos grupos do
708 plenário e no grupo dos suplentes para que cada um escolha o eixo. O material
709 será enviado hoje. E aí, todo mundo vai ter acesso à leitura e ao caderno de
710 leitura do Plano Nacional e à leitura das 394 propostas. **Érica Cintra:** Oi. A minha



711 dúvida era justamente sobre a questão da forma das reuniões, mas você já
712 explicou aí que vai ser híbrido. Porque às terças e quintas, normalmente, é o dia
713 que eu tenho vistoria técnica, entendeu? Por isso que eu queria saber direitinho
714 essa questão de horário e dia. A necessidade de todos nós participarmos. Mas
715 aí, como você informou que vai ser híbrido, eu acredito que a gente consiga
716 acompanhar. **Conselheiro André Durand:** Secretário, a Lucimar tá pedindo
717 uma fala e eu gostaria de contribuir também. Não sei se o senhor poderia me
718 responder e a assessoria técnica que aí se faz presente. Sobre a questão de
719 mecanismos de financiamento, a Lei de Incentivo e o Fundo Estadual de Cultura,
720 estes já estão regulamentados para a gente já discutir também dentro do Plano
721 Estadual de Cultura? Eu coloquei no chat umas contribuições. **Presidente:** O
722 fundo, existe a lei do fundo que está em vigor. Tanto é que é por meio dela que
723 nós recebemos as verbas federais. Sobre a lei estadual de cultura, existe uma
724 lei em tramitação na ALEAM que precisa de regulamentação. Inclusive, Beto, se
725 você puder conferir lá como está essa questão da lei estadual e se a gente puder
726 colocar ela em pauta. Vai ter um discurso dizendo "ah, mas vai mudar o IVA" e
727 não sei o quê, blá blá blá. Mas isso vai demorar uns 2 ou 3 anos. Já está na
728 Assembleia. Só precisa colocar em pauta. O ideal é aprovar a lei e depois
729 regulamentar. E, quando a lei de tributos mudar, a gente regulamenta a guia de
730 pauta no estadual também, vindo do IVA. Eu tenho certeza, André, que tudo isso
731 foi falado lá nas conferências municipais. Inclusive nas que eu participei, lembro
732 que tinha propostas lá que tratavam disso. Então, sim, acho que a gente pode
733 trazer isso baseado nessas 394 propostas. O que a gente não pode é criar nada.
734 Aqui, para a construção do Plano Estadual de Cultura, há a assinatura do termo
735 de compromisso entre SEC, CONEC, MinC e UEA. O MinC define as diretrizes
736 gerais e supervisiona o plano de trabalho. A UEA é a responsável pelas
737 condições técnicas dos municípios e do estado para desenvolver atividades e
738 elaboração do plano. A SEC deve promover a série de condições de construção:
739 PEC, análise situacional da realidade do setor cultural, como diagnóstico,
740 mecanismos de financiamento, lei de incentivo, fundo. Estão regulamentados?
741 Sim. Aí, como já responde a essa última parte, a gente pode chamar os órgãos
742 técnicos para participar dessa construção, tanto MinC como citado aqui, UEA, e
743 o CONEC estará dentro desse plano de trabalho. Lembrando que a gente não
744 pode inventar nada. O que a gente pode é condensar propostas, corrigir o
745 português, colocar de uma forma inteligível e somente. Nenhuma proposta nova
746 poderá ser colocada em pauta, tá? Lucimar, o Sérgio já está vendo aqui a
747 questão e hoje mesmo ele dá uma resposta no grupo. Mais alguma coisa? Eu
748 posso encerrar? **Conselheira Lucimar Marques:** Secretário, é só para o senhor
749 explicar quando vai ser a reunião, como ficou a metodologia. Porque a minha
750 internet caiu. Não entendi o que o senhor falou, só para repetir, por favor.
751 **Presidente:** Sim, meu amor. A gente vai mandar um calendário por e-mail, junto
752 com todo o kit desse plano de trabalho que a gente vai precisar fazer. Mas as



753 reuniões estão fixadas às terças e quintas, às 10h da manhã. A Symone vai já
754 falar, mas vai chegar aí também no e-mail o calendário. Não é tão cruel assim,
755 mas a de manhã a gente está com a cabeça mais fresca para pensar isso, para
756 pensar o português, a gente consegue é ter uma posição mais assertiva. Porque
757 se não pensa período da tarde a gente precisar convocar alguém de algum órgão
758 para estar na próxima reunião da quinta-feira, na terça, a gente já convoca com
759 48 horas antes, na quinta-feira, convocada com mais de 48 horas antes, para ter
760 já presente na terça e será híbrida, como eu já expliquei. Podemos nos dividir de
761 3 em 3 pessoas e aí vai ter uma memória de cada de uma reunião para outra,
762 para que a gente participe, tá bom? Eu vou passar aqui a palavra o doutor Sérgio.
763 **Dr. Sérgio Cruz:** Conselheira Lucimar, só esclarecendo aqui no regimento
764 interno da conferência, artigo 43 a plenária final deve resultar em um conjunto
765 de, no máximo, 12 deliberações para o próprio estado. Ou seja, eles vão dar 12
766 e no parágrafo único, o poder público apresentará 2 propostas de interesse social
767 para aprovação. Além das propostas aprovadas por eixo, totalizando 14
768 deliberações para cada esfera. Então, seja, quando ele fala 14 deliberações para
769 cada esfera, a esfera estadual e esfera federal, são 12 da sociedade civil, que
770 foi aprovada. E mais 2 que o estado propôs para totalizar 14. Então são 14 que
771 a gente vai entrar para fazer o nosso PEC. A Nacional foi 15, porque tinha uma
772 mais que foi incluída lá, e a Nacional, ela aceitou a 15ª que foi colocado, acho
773 que do eixo 6, se não me engano, foi eixo 6 que tinham 2 propostas e tinha mais
774 uma terceira que era Nacional, que foi incluída lá e foi conversando com o
775 pessoal do MinC, lá da organização, e a gente falou, olha, vai essas 3 propostas,
776 que foram as mais votadas, porque as outras 2 tiveram tipo, um empate técnico,
777 alguma coisa assim, eu não me lembro agora, então a gente mandou para eles,
778 mas essa terceira no eixo 6, e eles acataram lá, tá bem? Já no Estadual, temos
779 em 14. **Conselheira Lucimar Marques:** Tá, doutor Sérgio, obrigada. Então, foi
780 o que a plenária aprovou. Era isso que eu queria saber para nós estarmos, né?
781 Garantidos para depois ninguém falar nada. Ah elas priorizariam isso e aquilo
782 até temos que estar seguros via documento. SÉRGIO CRUZ 2:12:23 Isso. Sua
783 intervenção, foi perfeita nesse caso, com certeza. SYMONE FARIAS 2:12:37 Oi
784 gente, eu vou passar aqui as Datas que estão propostas conforme a fala do
785 Pedro, que são às terças e quintas, a gente vai passar esse calendário para
786 vocês. Nós temos aqui o mês de setembro e outubro. Então o mês de setembro
787 nós temos dia 3, 5, 10, 12, 17, 19, 24 e 26. Lembrando que se alguma dessas
788 datas, tivermos ponto facultativo ou feriado, a gente pode substituir por uma outra
789 data. Se a gente tiver, tipo, a quarta feira livre, a gente pode colocar, ou para
790 quarta ou para sexta, aí vai depender da disponibilidade dos senhores.
791 **Conselheira Lucimar Marques:** Dona Simone, quando é a próxima reunião do
792 CONEC ordinária? **Symone Farias:** Vai ser no dia 4, quarta feira de setembro,
793 4 de setembro **Conselheira Lucimar Marques** Obrigada. **Symone Farias:** No
794 mês de outubro, nós temos aqui no calendário que a gente está propondo, dia



795 1º, 3, 8, 10, 15, 17, 22, 23, 29, 31. Lembrando que se alguma dessas datas cair
796 feriado ou ponto facultativo, a gente suspende e verifica uma nova data, tá bom?
797 Nós vamos disponibilizar todo o material que foi apresentado aqui, o calendário
798 e material que o Pedro solicitou que a gente enviasse. Vamos fazer um único e-
799 mail e enviar tudo por e-mail.. **Presidente:** Gente, agradecer a contribuição de
800 todos e todas. Damos por encerrada. Lembrando que hoje no chat será colocado
801 ali para você ver o eixo que você vai aderir e para que nós temos o cronograma,
802 o calendário para que nós tenhamos um trabalho eficiente ao longo prazo, que
803 a gente tenha paz no coração. Aqui não é um lugar de combate, vai ser sim, já,
804 já está na lista. A gente precisa ser rápido para que a gente consiga tramitar com
805 isso o mais rápido possível, que seja colocado ainda nesse governo, nesse ano,
806 né? Para que a gente se coloque já o plano para que ele comece a vigorar já
807 ano que vem, tá bom? Muito obrigado. Tirou o print aí da tela? Quem puder abrir
808 aí a câmera, tirar o print da tela. **Symone Farias:** A gente só precisa lá durante
809 essa escolha que vocês vão fazer. Se a gente começa pelo eixo 1, a primeira
810 reunião, pelo eixo 2, pelo eixo 3, aí vocês vão decidir qual o eixo que vai começar.
811 A gente precisa adequar cada eixo dentro das datas, tá bom? **Presidente:** Tirou
812 print? Vamos só fazer uma foto geral, só um minuto. Quem puder abrir a Câmera,
813 agradeço. **Symone Farias:** Muito obrigado a todos que puderam participar e a
814 gente se encontra na próxima reunião do mês de setembro. Obrigada, gente.

PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO

Presidente - 1ª Reunião da Comissão do PEC - Instrutiva – I Etapa

LISTA DE PRESENÇA:

MEMBROS TITULARES/SUPLENTES:

De Forma Presencial:

1. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
2. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da Cadeira de Teatro;
3. Lydía Lúcia Nunes de Sousa – Suplente da Cadeira da Cultura Afrodescendente;
4. Roberto Sá Gomes – Titular representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM;
5. Vanderley Pinheiro – Titular representante da Cadeira de Circo;

De Forma Remota:

6. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da Cadeira de Literatura;



7. Érica dos Santos Nascimento – Titular representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA;
8. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da Cadeira de Dança;
9. Bjarne Lima Furtado – Titular representante da Secretaria de Educação e Desporto Escolar – SEDUC;
10. Cristina Helena Maia de Oliveira – Titular representante da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – SEFAZ;
11. Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da Cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
12. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM;
13. Paulo César Marques Holanda – Suplente da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
14. Jady Batista de Castro – Suplente da Cadeira de Dança;
15. Ana Lígia Pimentel – Suplente da Cadeira de Audiovisual;
16. Wellington Douglas dos Santos Dias – Titular representante da Universidade do Estado do Amazonas – UEA;
17. Ian Henderson Carmo Ribeiro – Titular Representante da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas;
18. Marly Nascimento Nogueira – Suplente da Cadeira de Folclore e Carnaval;
19. Nivaldo Pereira da Mota – Suplente da Cadeira de Circo;

Assessoria de Políticas Culturais:

20. Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva - Assessora jurídica – SEC;

EQUIPE DE APOIO DO CONEC:

Elaboração da Ata:

21. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

Transcrição:

22. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;
23. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;

Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo:

24. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
25. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
26. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

Tecnologia da Informação:

27. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.